



A INCLUSÃO E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE DOCENTES: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Rodolfo Sérgio de Oliveira¹, Rosiane Gonçalves da Silva²

Resumo

O presente trabalho busca realizar uma breve discussão sobre a educação inclusiva em consonância com a atuação dos professores na sala de aula regular. A educação inclusiva tem sido pauta de muitas pesquisas e debates em diferentes áreas. Nos últimos anos, especialmente com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no ano de 2008, como também com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) passou-se a discutir a importância da constituição de escolas inclusivas para o atendimento e acesso dos alunos portadores de algum tipo de deficiência. Diante disso, neste trabalho será realizada uma reflexão em relação à falta de qualificação dos profissionais da educação a respeito da educação inclusiva e se a formação do docente implica na inclusão do aluno em sala de aula. Pensar qual é o papel da escola no desenvolvimento dos alunos portadores de deficiência e que tipo de apoio à escola deve oferecer para esses estudantes. O estudo é de natureza bibliográfica. Nesse direcionamento é preciso preparar os docentes para acolher, respeitar e valorizar a diferença no processo de ensino e aprendizagem, o que requer formação técnica, domínio de conhecimentos científicos, prática de formação e formação pessoal que leve a análise crítica e a reflexão sobre o sujeito, as suas necessidades, experiências, crenças e valores, de modo a abrir caminhos para que a inclusão se efetive e os alunos recebam educação de qualidade, aprendendo num contexto que valorize o sujeito humano tenha ele a característica que tiver.

Palavras-chave: Formação Continuada, Inclusão, Currículo, Docentes.

1. Introdução

A escola tem um importante papel no desenvolvimento e na formação de qualquer indivíduo, por isso, todos devem ser inseridos nesse ambiente, principalmente os que são considerados diferentes, por meio da inclusão escolar, onde deve abranger também a inclusão social e digital desses alunos,

¹ Universidade Regional do Cariri, email: rodolfosergio77@gmail.com

² Universidade Regional do Cariri, email: rosipne@gmail.com



criando oportunidades para todos em sala de aula. Percebemos assim, que a inclusão escolar na realidade brasileira não é um aspecto do qual os alunos portadores de deficiência possuem de maneira satisfatória. A falta de condições físicas e, essencialmente humanas, são uma das principais dificuldades para a sua efetivação, em especial, relacionadas à falta de preparo docente na sua formação. Desta forma, o professor se sente incapacitado, acarretando na sua baixa autoestima e um obstáculo em sua relação com esses alunos.

Iniciando do quadro da educação inclusiva no Brasil esse estudo justifica-se pela falta de informação e formação dos docentes diante da inclusão desses alunos em sala de aula do ensino regular da educação, interposto de forma pertinente na aprendizagem e desenvolvimento do aluno considerado inclusão. Para a elaboração da pesquisa, a problematização se pautou em averiguar o seguinte aspecto: De que forma a falta de formação do professor interfere na aprendizagem e na interação do aluno incluso e dos demais discentes? Os pressupostos relacionados ao questionamento se pautam na necessidade do docente de uma formação efetiva desde a sua graduação, com a efetivação de estágios inseridos no âmbito inclusivo, para que o mesmo tenha contato, desde quando estudante, com o quadro referente à inclusão e de que maneira esta é aplicada em sala.

2. Objetivo

Verificar se a formação do docente implica na inclusão dos alunos em sala de aula. Bem como, analisar/direcionar de acordo com a LBI a formação do professor frente à educação inclusiva e contextualizar a inclusão na realidade do ensino brasileiro, com a finalidade de atender esses discentes de forma eficaz.

3. Metodologia

Para a contemplação do estudo foi utilizada a pesquisa de cunho bibliográfica, ou seja, o estudo realizado teve como campo para a coleta de dados a própria bibliografia que, segundo Tozoni-Reis (2007), tem o objetivo de



coletar informações pertinentes, promovendo a reflexão, nesse caso, relacionada à temática da inclusão no ensino regular e da formação de professores.

4. Resultados/Discussão

No Brasil, tanto a Constituição de 1988, assim como a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) salientam a importância em se promover a inclusão no âmbito educacional desses indivíduos como componente formador da nacionalidade. O sistema educacional brasileiro tem feito esforços para padronizar e operacionalizar as leis que suprem essa iniciativa de incluir o indivíduo portador de deficiência. A inclusão no contexto da educação é, seguramente, a maneira de transformar o pensamento da sociedade para a diminuição dessa injustiça que sempre percorreu a história da humanidade.

De acordo com Silva et al (2004), a partir da Declaração de Salamanca, Espanha (1994), houve uma preocupação maior (em especial a legislação brasileira) em efetivar as diretrizes propostas com a inclusão dessas pessoas em escolas públicas, a fim de promover a integração em âmbito social e educacional dos alunos. Para Ferreira (1994), a inclusão de indivíduos portadores de deficiência tem causado impacto na instituição escolar de modo geral, ou seja, mobilizando pais, profissionais e também alunos sem portar nenhum tipo de deficiência. Fazendo com que estes cooperem/ajudem os alunos, em muitas das práticas realizadas pelos professores. Entretanto, ainda persistem muitas dúvidas quanto a esta efetivação.

Atualmente, as escolas públicas possuem um espaço reservado para esse tipo de público, as denominadas “salas de recurso” das quais possuem cuidadores que fornecem ao professor suporte para intervir no processo de aprendizagem do mesmo. Entretanto, muitas escolas (especialmente na rede estadual de ensino) ainda não possuem recursos suficientes, tampouco cuidadores, para prover assistência ao professor. Um dos grandes obstáculos



para que essa prática também seja refletida além do papel é a capacitação dos profissionais da educação em lidar com esses indivíduos. Não basta apenas a legislação que respalde a inclusão educacional, é preciso investir na capacitação desses profissionais, na sua qualificação, pois, somente com a preparação pode-se enfim contemplar por inteiro tal objetivo.

O desenvolvimento de políticas públicas para a inclusão, de acordo com Ferreira (1994), foi efetivada apenas na década de 1970, quando surgiu uma resposta mais contundente do poder público a essa questão. Sendo assim, o mesmo autor citado acima (1994) ressalta que esse avanço pode ter sido decorrente a três fatores, o da ampliação do acesso à escola para a população, em geral, da produção do fracasso escolar e da consequente implantação das classes especiais nas escolas básicas públicas, na época predominantemente sob a responsabilidade dos sistemas estaduais.

Por conseguinte, segundo Castro (2006), a prática da educação inclusiva ainda é um processo recente nas escolas e, por causa desse fator, as universidades tiveram pouco tempo para fundamentar e elaborar um currículo que abarque uma formação satisfatória, com o objetivo de promover aos discentes (e futuros docentes) habilidades para trabalhar com esses alunos. De acordo com o mesmo autor (2006, p. 4751) dá-se a insegurança da formação docente à “ausência do conhecimento necessário para lidar com as limitações, o que gera, no professor, resistência ou rejeição em relação à inclusão”.

5. Conclusão

A falta de formação acadêmica e científica, direciona os professores a falta de estratégias efetivas que possibilitem o ensino e aprendizagem dos alunos, principalmente aqueles que possuem algum tipo de necessidade especial. Sendo assim, os professores recorrem ao bom-senso e a estrutura emocional para integrar e incluir em sala de aula o aluno portador de deficiência. Com a ausência de profissionais qualificados que forneceria apoio tanto ao aluno quanto ao professor, este se encontra numa situação da qual adquire toda



a responsabilidade em atender e ensinar a esses alunos, além de desenvolver o seu trabalho com a sala respeitando as diversidades nelas existentes.

Esse acúmulo de responsabilidade é dificultado pelo fato do docente não receber preparo na sua formação em relação à inclusão, primordialmente na inicial, na qual o processo teórico se apresenta muito diferente da prática em ensinar. Portanto, este estudo pautou-se, essencialmente, no despreparo do docente na sua formação, e tem à disposição pouco ou quase nenhum respaldo desde a graduação, incluindo outros profissionais especializados, para a efetivação da ideal inclusão.

6. Referências

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial**. 2ª ed. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

_____. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 21 abr. 2016.

_____. **Declaração de Salamanca**: Princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Espanha, 1994.

CASTRO, R. M. M. **O professor e sua formação diante da educação inclusiva**. In: VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA PUCPR - EDUCERE E III CONGRESSO IBERO-AMERICANO SOBRE VIOLENCIA NAS ESCOLAS - CIAVE, 2008, Curitiba, PR. FORMAÇÃO DE PROFESSORES - EDIÇÃO 2008. Curitiba, PR: Editora Champagnat, 2006.

FERREIRA, J. R. **A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência**. 2. ed. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 1994.

SILVA, A. P. M. da; ARRUDA, A. L. M. M. **O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar**. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 – 2004.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Metodologia de pesquisa científica**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2007.